

## Deliberações da Assembleia de 6/11/12

1. Fazer levantamento circunstanciado dos problemas ocorridos na primeira etapa do processo de progressão horizontal. Para isso, a diretoria solicita aos colegas que encaminhem à Adusp cópias da documentação produzida nas unidades (cartas, manifestações, recursos, etc.) para que seus conteúdos sejam tornados públicos;

2. Incentivar a realização de reuniões nas unidades para avaliação do processo de progressão horizontal, visando a aprofundar a discussão sobre a carreira;

3. Realizar uma análise crítica do processo, recolocando a discus-

são sobre a adequação da nova carreira e dos mecanismos adotados para avaliação dos docentes com vistas à progressão horizontal;

4. Elaborar manifestação a ser encaminhada ao Reitor, à CCAD e às CAS (ver texto abaixo).

### **Manifestação da Assembleia da Adusp, realizada em 6/11/2012**

*Considerando que*

1. os critérios adotados pelas Comissões de Avaliação Setoriais (CAS) em muitas unidades não respeitaram a Resolução 5927, em seu artigo 13, na medida em que houve predomínio de

critérios quantitativos, em detrimento de uma avaliação qualitativa e abrangente do trabalho desenvolvido pelos docentes;

2. em vários casos, o parecer final do relator das CAS contrariou a opinião dos pareceristas;

3. os docentes devem fazer jus à progressão horizontal sempre e desde que tenham mérito para tanto, sem a introdução de critérios comparativos e restritivos como notas de corte, frações niveladoras, pesos diferenciados entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, ou outros;

a assembleia da Adusp, reunida em 6/11/2012, reivindica que

1. os critérios para progressão horizontal sejam revistos, no sentido de refletir a Resolução 5927 e seus artigos;

2. os processos dos docentes não contemplados com a progressão, em função de critérios comparativos ou restritivos como fração niveladora, notas de corte etc. e/ou devido a pareceres conclusivos de relatores das CAS que não guardem referência com as manifestações dos assessores ad hoc sejam imediatamente revistos pelas CAS e pela CCAD, garantindo a progressão a todos os docentes que tenham sido aprovados no mérito, sanando assim as injustiças cometidas.

## Cresce a indignação com os desmandos na progressão

Espalha-se pela USP um sentimento de indignação diante das interferências indevidas no processo de avaliação para fins de progressão horizontal na carreira docente. Depois que a imposição de notas de corte (a chamada “fração niveladora”) bloqueou a promoção de muitos docentes em diferentes unidades, tornou-se evidente que eles foram objeto de um ranqueamento, não preconizado na resolução 5.927, que reformou a carreira.

Misto de desapontamento e revolta, a sensação de mal-estar chegou a unidades como o Instituto de Química (IQ) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), após passar até pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CCEX), o qual, na mesma reunião em que tomou conhecimento da renúncia de um de seus membros (que assim mostrou seu inconformismo por ter sido preterido na progressão horizontal), debateu o assunto em 10/10 e enviou à Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD) ofício em que solicita “urgente revisão no peso das atividades de cultura e extensão dentro da avaliação docente, para fins de carreira”.

No IQ, um texto encaminhado à CCAD por docentes em 24/10 aponta que a unidade teve apenas 36% dos candidatos à progressão horizontal aprovados plenamente

e 12% parcialmente, e que tanto o IQ de São Carlos como o Departamento de Química de Ribeirão Preto exibiram resultados semelhantes. “Este percentual de aprovação, resultante da avaliação pela CAS de Química, causa estranheza ou perplexidade”, dizem os autores, questionando o fato de que a avaliação da CAS “não coincide com as avaliações externas” e que a expressão “análise comparativa”, presente nos pareceres conclusivos, leva ao entendimento de que “se tratou de um concurso em que existia um número de vagas inferior ao número de inscritos para serem promovidos”.

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME) aprovou em 25/10, quase por unanimidade, documento já publicado pelo *Informativo Adusp* 354, que faz críticas aos procedimentos adotados pela CAS, pede abolição das notas de corte e listas classificatórias e sugere que “os processos da primeira etapa sejam revistos no sentido de promover todos aqueles que tiveram mérito acadêmico”. Trata-se da segunda congregação a pronunciar-se a respeito das distorções da progressão horizontal. A primeira foi a do Instituto de Geociências (IGc), que advertiu a CCAD sobre os graves riscos embutidos na fração niveladora.

**Pareceristas.** Na assembleia da Adusp de 6/11, depoimentos veementes de professores preteridos apontaram injustiças cometidas e incongruências metodológicas no processo de avaliação. Depois de relatar que no IQ um expressivo número de colegas, mesmo os já aprovados em concurso para professor titular, não conseguiu promoção sequer para Associado 2 na progressão horizontal, a professora Sílvia Agostinho desabafou: “Tenho 32 anos na USP e já me aposento no ano que vem. Encarei essa progressão horizontal como forma de reconhecer nosso traba-

lho. Estou indignada com isso”.

A professora criticou a conversão arbitrária, pela Comissão de Avaliação Setorial (CAS), dos conceitos emitidos pelos avaliadores externos em notas, para fins de comparação dos desempenhos dos docentes: “Estamos diante de um desrespeito aos próprios pareceristas”. Sílvia contou também que um dos membros da CAS lhe disse, informalmente, que seriam bem avaliados os docentes que estivessem “em ascensão”, ao que ela rebateu: “Eu não estou em ascensão!” No IQ, a nota de corte adotada pela CAS



### Conheça nossa sede provisória



Daniel Garcia

**Rua Dr. Ernâni da Gama Correia, 498, Cond. Residencial Butantã. Telefone: (11) 3724-8900. Aguardamos sua visita!**



continuação da matéria de capa

## “Misturaram doutores com associados e ordenaram os 115 numa lista única”

para os níveis de Professor Associado foi de 8,4.

O professor Ciro Correia, do IGc, concordou com a colega do IQ quanto ao tratamento dispensado aos pareceristas, uma vez que em vários casos a avaliação consolidada pelas comissões setoriais não corresponde, em absoluto, à avaliação feita por eles: “Estão dando um passa-moleque nos pareceristas. Tem parecerista dizendo que está surpreso com o que vem acontecendo”.

A professora Marly Namur, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), relatou em detalhes o ocorrido na unidade depois que a Comissão de Avaliação Setorial de Arquitetura, Urbanismo e Design resolveu elevar a nota de corte da progressão setorial de 5 para 7 para Professor Doutor 2 e para Professor Associado 2 (*Informativo Adusp* 354), chegando a 8,5 para Professor Associado 3. “O que aconteceu na FAU foi um verdadeiro escândalo. A maioria dos bem avaliados tirou nota 6 ‘vírgula alguma coisa’ e não foi aprovada. Os professores foram humilhados. A fração niveladora derubou 21 professores, porque a CAS transformou conceitos em notas”.

Uma professora do Departamento de Estatística do IME apontou falhas técnicas nos questionários utilizados para a avaliação. Para ela, em alguns casos de aplicação do conceito “insuficiente”, o correto teria sido utilizar, por exemplo, “não se aplica”. Ela também relatou como se deu o emprego da fração niveladora no IME: “Misturaram doutores com associados e ordenaram os 115 candidatos numa lista única. Os primeiros 59 foram aprovados”.

**Recurso.** O professor Ciro anunciou na assembleia que impetrou na CCAD um recurso contra a sua preterição, no qual aponta a disparidade entre os pareceres, que lhe foram favoráveis (atribuindo-lhe repetidas vezes os conceitos “bom”, “muito bom” e “excelente”), e a avaliação final recebida da CAS de Ciências da Terra. “Em flagrante antagonismo à média obtida pelo candidato, segundo os critérios estipulados pela CAS” (que foi de 3,7 em 5) “e em desacordo frontal com as manifestações de todos os pareceristas”, argumenta o recurso, “conclui o relator que no conjunto... as atividades do interessado não satisfazem os critérios para a progressão na carreira (sic)” (<http://goo.gl/WkEXS>)

O recurso prossegue indagando: “Como é possível tamanha discrepância entre o que consta dos pareceres dos assessores designados pela própria CAS — registre-se: todos professores titulares com atuação científica na área do candidato (mineralogia e petrologia), reconhecidos nacional e internacionalmente quanto às suas trajetórias acadêmica e de gestão universitária — e a conclusão do relator?!”

Na assembleia, o professor do IGc destacou o fato de que fracassou a pretensão da Reitoria de não fornecer aos interessados os pareceres integrais do processo, depois que a Procuradoria Geral da USP admitiu que não há base legal para reter esses documentos (<http://goo.gl/pCO91>). Desse modo, a estratégia de aplicar a fração niveladora “ou de atribuir às CAS poder efetivo de decisão por meio de pareceres conclusivos totalmente dissociados dos pareceres dos avaliadores externos foi desmascarada”, pondo a nu o que ele chamou de “processo espúrio, que não é para avaliar, mas para controlar e direcionar o trabalho docente de modo centralizado”.

No CCEX, o estopim da discussão foi a apresentação de uma carta encaminhada à pró-reitora Maria Arminda Arruda pelo professor associado Rubens Angulo Filho, do Departamento de Engenharia de Biosistemas (Área de Topografia e Geoprocessamento) da Esalq, na qual ele comunica seu desligamento do conselho e de todas as suas atividades nesta área, em caráter irrevogável, por não ter sido contemplado em seu pedido de progressão na carreira, apesar de sua reconhecida atividade na área.

A carta desencadeou um debate. Diversos docentes comentaram que também não haviam sido contemplados na progressão e que o peso das atividades de cultura e extensão é menor que o de outras áreas. Assim, o conselho e a pró-reitora concordaram com o envio de uma carta à CCAD (<http://goo.gl/rZidg>).

**Radicais.** O lance mais surpreendente, no crescente conflito desencadeado pelas avaliações vinculadas à progressão horizontal, foi a carta enviada pela CAS Química à CCAD em 23/10. No documento, os membros da comissão setorial, tendo à frente seu presidente, professor Luís Henrique Catalani, manifestam contundente defesa da fração niveladora, cuja aplicação a própria CCAD já desautorizou oficialmente dois meses antes.

A CAS Química expressou seu “total desapontamento frente ao resultado publicado e, portanto, homologado pela CCAD, de outras CAS que se recusaram a acatar o fator nivelador, proposto pela CCAD e aceito pelas CAS por ocasião da discussão da metodologia do processo”. Trata-se claramente, prossegue a carta, “de uma quebra de isonomia na USP, que trará consequências danosas ao convívio universitário, além de minar definitivamente a própria proposta do processo de Progressão de Nível, baseada no mérito”.

Depois de informar que responde pela avaliação da maioria dos químicos da USP, “que atuam em três cursos de pós-graduação conceito Capes nível 7 e um nível 5”, a CAS diz haver trabalhado “com seriedade e retidão dentro do prazo e do horizonte definido pelo acordo, mesmo sabendo que, comparativamente, outros departamentos e áreas estariam, segundo qualquer outro conjunto de parâmetros, em níveis inferiores”, e que a CCAD “teve em suas mãos a responsabilidade de barrar este desnivelamento, que deveria ter sido evitado a todo custo”. No entanto, conclui, a “visão que ficou para os avaliados é de confusão, frustração e injustiça”, e a da CAS Química, “de fracasso”.

Por fim, a comissão setorial propõe à CCAD uma “repactuação do modelo”, de forma a preservar seu espírito original: “Continuamos defensores da fração niveladora, mas consideramos inaceitável o prejuízo da área da química em uma análise comparativa com outras áreas da Universidade”.

A interpretação da CAS não consegue responder, contudo, ao principal questionamento formulado pelos docentes: “em todas as ocasiões em que o IQ pleiteou cargos de Professor Titular junto à Reitoria, o principal argumento utilizado fazia referência explícita à excelência de seu corpo de professores associados, grande parte deles impedidos de ascensão na carreira unicamente em razão da limitação de cargos ... portanto de se estranhar que no momento em que se abre a oportunidade para o reconhecimento formal dessa excelência, por tantas vezes aclamada e usada como argumento político, negue-se de forma tão incoerente a sua existência, elegendo apenas um número reduzido de docentes como aptos à progressão horizontal na carreira”.

**Rever o processo.** Mais uma vez, fica evidente que procedimentos de avaliação não transparentes, centralizados e levados a cabo de modo desvinculado dos departamentos e unidades podem servir a finalidades várias, menos a de valorizar a diversidade de talentos e perfis, que no conjunto são responsáveis pelas virtudes da Instituição. É preciso rever esse processo, corrigir as injustiças, valorizar o trabalho coletivo e apontar para procedimentos consagrados de avaliação e promoção na carreira, que por mais limitações que possam ter, são passíveis de aferição pública. Parece que há evidências de sobra a favor de bancas com defesa e julgamentos públicos dos memoriais com relação ao malfadado procedimento em curso.

### Confira seu holerite

Um problema administrativo fez com que 549 associados da Adusp não tivessem descontada, sobre o salário de outubro, sua contribuição mensal à entidade (1% do salário referência). Entramos em contato com a Reitoria que, reconhecendo o equívoco, propôs corrigir o erro efetuando um desconto duplo no salário de novembro, para estes associados. A administração solicitou que a Adusp autorizasse o desconto e se comprometeu a encaminhar mensagem a esse conjunto de associados, explicando o ocorrido e informando sobre o desconto duplo.

Assim, solicitamos à(ao) colega que verifique em seu holerite do mês outubro se consta o desconto referente à Adusp. Caso não conste esse desconto, verifique no próximo mês se foi efetuado o desconto duplo, correspondente às contribuições de dois meses à entidade. Caso isso não tenha sido feito, entre em contato com a Adusp. Lamentamos esse inconveniente, decorrente do erro ocorrido nos descontos efetuados pela Reitoria, e esperamos contar com sua atenção e compreensão.



# Câmeras em salas de aula preocupam docentes

No campus Butantã, professores e alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) estão denunciando a existência de câmeras nas salas de aula e laboratórios. “Há câmeras em todas as salas em que eu leciono atualmente”, diz Luiz Augusto Ferreira Carneiro, professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA. “Minha primeira reação foi de estranhamento. Não tinha certeza se aquilo era correto ou não. Se era bom para os alunos e para o ambiente em sala de aula. Não sabia quem estava nos vigiando e com que propósito”, lembra.

A FEA, por meio da assessoria de imprensa, reconhece que todas as salas e corredores da unidade possuem câmeras que gravam imagens sem o registro de sons. O monitoramento em tempo real não ocorre e quem tem acesso às imagens são os funcionários da portaria, segundo a assessoria. A eles é permitida a consulta das gravações quando algum problema (furtos ou presença de “suspeitos”) acontece dentro do prédio.

A medida teria sido aprovada pela Congregação da FEA na gestão do diretor Carlos Azzoni, que se encerrou em 2010, seguindo um plano de segurança criado à época. O professor Carneiro vê no episódio “uma boa oportunidade de se discutir de forma madura um assunto polêmico”, tendo como pressuposto “um debate sincero e transparente”. Ele gostaria de ver respondidas as seguintes questões sobre as câmeras: “Qual é o seu propósito? Se o propósito for principalmente segurança, as câmeras nos corredores já não seriam suficientes? Houve uma avaliação se a segurança melhorou com a instalação das câmeras em sala de aula? Quanto custa à FEA manter esse sistema de vigilância? Se o propósito for principalmente segurança, por que não há mais câmeras e mais iluminação nos estacionamentos ao redor da FEA, onde até latrocínio já ocorreu?”

A diretoria da Adusp ressalta que a situação afeta a relação de trabalho entre a USP e os docentes, e que o Tribunal Superior do Trabalho tem orientado os empregadores a limitar aos locais de acesso (como portaria e estacionamento) a aposição de câmeras em instituições de ensino e outros ambientes laborais.



Câmera de vídeo em sala de aulas práticas do ICB

**“Medida branda”**. No Departamento de Anatomia do ICB, as câmeras começaram a ser instaladas nos laboratórios e na sala de cubas (onde ficam cadáveres e suas partes) no segundo semestre de 2011. A medida levou o professor da unidade Esem Pereira a entrar com uma representação no Ministério Público (MP) em setembro de 2012, além de enviar carta à presidência de Comissão de Ética da USP, solicitando parecer a respeito.

A Comissão de Ética respondeu que a instalação das câmeras “é uma medida dentro da moralidade, já que elas geram um benefício pú-

blico maior que as restrições (segurança x direito de imagem)”, sendo ainda “uma medida branda que atende o objetivo de prevenir furtos, roubos ou outras formas de violência, significando também a proteção moral, física e econômica dos docentes, alunos e funcionários, bem como do patrimônio público”.

O professor Pereira, contudo, avalia que a instalação de câmeras nos laboratórios fere o artigo 5º da Constituição Federal (“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material

ou moral decorrente de sua violação”) e, considerando os alunos menores de idade, os artigos 15 e 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que falam sobre respeito, liberdade, integridade física, psíquica e moral das crianças e dos adolescentes e preservação de suas imagens.

“Em 2011, recusei dar aulas nos laboratórios, porque eu tinha turmas com alunos menores de idade e não quis expô-los a uma filmagem sem a ciência dos pais”, diz. O professor reuniu 135 assinaturas contra a captação não autorizada de imagens de alunos, professores e funcionários do ICB, e exigiu, em março de 2012, a retirada imediata das câmeras de vídeo dos laboratórios. O pedido não foi acatado, mas o então chefe do departamento, professor Edison Liberti, ordenou que as câmeras fossem viradas para a parede.

O atual chefe, professor Newton Canteras, declarou ao *Informativo Adusp* que as câmeras de segurança estão “temporariamente desativadas”, mas que “foram instaladas nos laboratórios de Anatomia com intuito de evitar furtos, danos ao patrimônio público ou uso indevido de cadáveres e peças anatômicas utilizados nas aulas práticas das disciplinas oferecidas”. Acrescentou que a Procuradoria Geral da USP foi consultada, tendo emitido parecer favorável.

## Aos poucos, Justiça manda USP reintegrar funcionários aposentados demitidos em 2011

“O lema e bandeira do Sintsusp este ano é ‘Todos terão que voltar’”, diz Magno de Carvalho, diretor do Sindicato, fazendo referência à demissão sem aviso prévio, em janeiro de 2011, de 270 funcionários aposentados que continuavam trabalhando na universidade. A atitude da Reitoria espantou e indignou muitos trabalhadores que, ao retornarem do recesso de fim de ano, subitamente tiveram seus cartões funcionais e equipamentos de trabalho bloqueados.

Contudo, está ocorrendo a reintegração gradual, por decisões judiciais, dos funcionários

demitidos que impetraram processos contra a Reitoria.

“Não temos o número de pessoas que já foram reintegradas, mas estamos ganhando alguns casos na justiça, principalmente nas cidades dos *campi* do interior, já que na capital [São Paulo] a influência do [reitor Grandino] Rodas no judiciário é muito grande”, diz Carvalho.

Procurado pelo *Informativo Adusp*, o Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Universidade não respondeu à solicitação de informações sobre os funcionários que já foram reintegrados desde as demis-

sões. O órgão repassou o pedido à Procuradoria Geral, que, até o fechamento desta edição, não encaminhou nenhum dado.

“O que está em jogo é o projeto de terceirização da universidade. Para chegarem lá, vão tentar demitir os grupos mais fragilizados, que escapam da estabilidade. Considerando o recebimento do quinquênio e da sexta parte após 20 anos de trabalho, demitir os mais velhos significou demitir o funcionário que tem maior salário, que é mais caro para a Universidade”, avalia o diretor do Sintsusp.



# Ato marca a entrega do abaixo-assinado por uma Comissão da Verdade na USP

Ato organizado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP, ocorrido em 7/11, no auditório do Instituto Oceanográfico (IO), encerrou a fase de coleta de assinaturas pela criação de uma Comissão da Verdade na USP.

Participaram como convidados o presidente da Comissão Estadual da Verdade, deputado Adriano Diogo (PT); o procurador Sérgio Suíama, da Procuradoria Regional da República em São Paulo; o professor Edson Teles, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e representante da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos; e os professores Marilena Chauí (FFLCH) e Jorge Souto Maior (FD), este último representando a Associação dos Juizes para a Democracia (AJD).

Familiares de mortos e desaparecidos políticos que tiveram vínculo com a USP também compareceram.

A maioria das poltronas com placas que indicavam “reservado”, destinadas a membros do Conselho Universitário (Co) e ao reitor João Grandino Rodas permaneceram desocupadas até o final do evento. Do Co, participaram apenas alguns dos representantes discentes, o professor Flávio Coelho, diretor do Instituto de Matemática e Estatística (IME), e a funcionária Nely Wada, diretora do Sintusp.

Justificaram ausência, enviando mensagem, os professores Marco Antônio Zago, pró-reitor de Pesquisa, e Renato de Figueiredo Jardim, diretor do IFUSP.

**Sintoma.** A ausência dos representantes institucionais foi considerada sintomática por alguns presentes ao ato, consultados pelo *Informativo Adusp*, quando considerados os eventuais desdobramentos da entrega do abaixo-assinado à Reitoria. Henrique Carneiro (FFLCH) acredita que o caráter social das mobilizações na USP empresta maior força ao pedido de criação da Comissão da Verdade. “Mas não estou com muitas expectativas com relação à mudança de postura da Reitoria”, disse. Já Leda Paulani (FEA) enxerga no Fórum pela Democratização a capacidade de evidenciar que as universidades paulistas ainda têm uma estrutura autoritária: “Essa estrutura foi herdada da Ditadura e permaneceu; a Ditadura acabou e a estrutura continuou a mesma”.

O ato teve início com um vídeo



Daniel Garcia

que mostrou o rosto das 47 vítimas da Ditadura que tinham vínculo com a USP. Em seguida, o estudante Fábio Franco, mediador da mesa, leu carta encaminhada pela Comissão Nacional da Verdade, justificando ausência e declarando apoio à criação da Comissão da Verdade da USP. Franco anunciou, então, que foram coletadas mais de 4 mil assinaturas, reivindicando a criação de uma Comissão da Verdade na instituição. “Hoje é o fechamento da campanha, mas também a abertura de uma nova luta”, disse. Entidades que compõem o Fórum pela Democratização da USP foram convidadas a falar antes de a palavra ser passada aos debatedores.

O estudante Felipe Faria (Beira), diretor do DCE, destacou a forte repressão ao movimento estudantil sofrida na atual gestão da Reitoria. Magno Carvalho, diretor do Sintusp, defendeu que a Comissão da Verdade a ser criada na Universidade deve exigir total independência da burocracia universitária. “Do contrário, não avançaremos”, ponderou.

A vice-presidente da Adusp e representante da entidade no Fórum pela Democratização, professora Elisabetta Santoro, relembrou a história da criação da entidade, relacionada, entre outros fatores, à exigência de explicações sobre o assassinato, em 1975, de Vladimir Herzog, então docente da Escola de Comunicações e Artes da USP. “Não é possível que a USP continue a calar a respeito de um passado que tentam nos fazer crer que não ocorreu”, disse a professora.

**Transição.** No debate, o procurador Suíama ressaltou a necessidade da boa aplicação da justiça de transição, para que violências contra os direitos humanos não se

repeitam em regimes democráticos que lidam com um passado de repressão. “Já foram abertas quatro ações penais contra torturadores da Ditadura no Brasil. Não há Justiça sem verdade e sem memória”.

O deputado Adriano Diogo reivindicou o levantamento das biografias completas dos desaparecidos políticos. Ele também recomendou a realização de mais pesquisas, sugerindo a cassação do histórico trabalhista de funcionários e do diploma de profissionais que tiveram relação com a USP e compactuaram com a Ditadura Militar. “Como, por exemplo, os médicos Harry Chibata e Isac Abramovich. É gente que está aí até hoje mandando na USP”.

Edson Teles ressaltou: “Está acontecendo uma articulação como há tempo não se via na USP”. O professor também comemorou a abertura de processos contra torturadores e salientou que isso se deve em grande medida ao surgimento da Comissão Nacional da

Verdade. Filho e sobrinho de militantes de esquerda supliciados durante a Ditadura, Edson revelou que sua família impetrou ações judiciais contra um dos principais torturadores, o hoje coronel da reserva Brilhante Ustra, do Exército.

Marilena Chauí destacou a impossibilidade de calar ou conter a vontade de justiça dos familiares que perderam seus parentes por conta da repressão da Ditadura. Antes, conversou com o *Informativo Adusp* sobre as suas expectativas quanto ao comportamento da Reitoria depois de receber o abaixo-assinado: “[A Comissão da Verdade na USP] vai ser um movimento social importantíssimo acoplado à Comissão Nacional da Verdade, mas vai trabalhar por conta própria. Talvez os conselheiros do Co até se empenhem individualmente no assunto. Mas do ponto de vista administrativo e da direção acho que não vai acontecer nada. O Co e a Reitoria não vão se empenhar, pois pertencem a uma percepção burocrática, conservadora e reacionária da universidade. Realmente não acredito que haverá um empenho institucional. Espero estar errada”.

No dia 21/11, uma comissão formada por representantes de Adusp, Sintusp, DCE e APG, além de outros membros do Fórum Aberto pela Democratização da USP, entregará ao secretário geral da Reitoria, professor Rubens Beçak, o abaixo-assinado que pede a criação de uma Comissão da Verdade na USP.

## Ação da URV

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 352, a assembleia de 27/9/12 deliberou que a Adusp entrará com ação coletiva visando a recuperar perdas decorrentes da conversão dos salários em URV, ocorrida em março de 1994. A ação será feita em nome de todos os docentes da USP mas, em caso de vitória, corre-se o risco de que o juiz restrinja o ganho aos docentes já contratados em março de 1994 (ativos ou aposentados) e, entre esses, àqueles filiados à Adusp na data em que a ação será iniciada, a exemplo do ocorrido na ação do Gatilho.

A petição inicial está pronta. Os colegas interessados e ainda não associados, poderão fazê-lo, preenchendo a ficha disponível no site da entidade ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)) e enviando-a para a sede provisória da Adusp (Rua Dr. Ernani da Gama Correia, 498, Conjunto Residencial Butantã, CEP 05539-040, São Paulo/SP) ou para a Caixa Postal da Adusp (CP 72020, CEP 05508-970, São Paulo/SP) ou ainda entregando-a para o representante de sua unidade junto ao Conselho de Representantes (CR). Em caso de dúvida, ligue para (11) 3724-8900 ou 98420-3280.

Devemos entrar com a ação em novembro, quando juntaremos à petição inicial, a lista de associados da entidade. Assim, solicitamos que os interessados associem-se o mais rapidamente possível, garantindo que seu nome conste dessa listagem inicial.